

Resumo:

O texto investiga os diferentes perfis de carreira profissional e de atuação política de um grupo de 24 generais do Exército Brasileiro que em 1964 compunha o núcleo dos conspiradores engajados na derrubada do governo João Goulart. Esta fração da elite militar, se distingue dos demais grupos da oficialidade do Exército da época por apresentar uma forte disposição para a ação política, expressa tanto na participação episódica nos levantes militares que marcaram a história da brasileira a partir de 1922, quanto na intensa ocupação de funções político-administrativas na esfera civil.

O estudo aqui apresentado de como os indivíduos de uma determinada fração da alta oficialidade do Exército envolvida com o golpe e o regime de 1964 operava enquanto agentes políticos traz consigo a intenção de se evitar uma abordagem das relações entre os militares e a política no Brasil circunscrita apenas ao prisma institucional. Para tanto, investigou-se a ação política extra-militar dos generais de 1964, usando como recurso a análise trajetórias destes indivíduos nas esferas militar e política, de forma a estabelecer relações entre formação profissional, formação política e a sua atuação política. Isso permitiu compreender que as experiências formadoras desses agentes, bem como dos seus repertórios de ação e de representação, se deram tanto nos espaços escolares de formação de oficiais quanto nos variados espaços de atuação política por eles ocupados.

O grupo aqui definido como generais de 1964 não é a totalidade dos oficiais-generais do Exército Brasileiro daquele ano, mas 24 oficiais que integravam o que José Murilo de Carvalho

1 Este texto é uma síntese da minha tese de doutoramento cujo título é *Guardiões da Nação: Formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964*, defendida em 2006 junto ao PPG em Ciência Política da UFRGS.

2 Professor do PPG em História da UPF.

denominou como “o projeto do intervencionismo controlador” das Forças Armadas.³ Trata-se de um grupo de oficiais com forte histórico de ações no campo político e que assumiu posições marcadas pela oposição às oligarquias da Primeira República, ao liberalismo, ao comunismo e, nos anos 1950, à chamada ala nacionalista do Exército. Distintos tanto dos “legalistas” – menos afeitos ao egajamento político – e dos “nacionalistas”, os generais de 1964 são aqui analisados a partir de suas carreiras tendo como foco a formação profissional e as experiências compartilhadas e lançando mão de uma comparação com o grupo de 8 generais que compunha o polo oposto da oficialidade do Exército.⁴

I. A investigação aqui relatada procura dar conta de três questões, a primeira interroga-se em que medida os espaços de formação profissional foram também espaços de formação política para os generais de 1964. Para dar conta dela, investigou-se três instituições formadoras da oficialidade, que recebiam os indivíduos em momentos diferentes de suas carreiras e que lhes abriam diferentes portas para suas trajetórias profissionais e políticas.

Parte considerável dos agentes estudados começou sua formação militar ainda nos colégios militares do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro ou de Minas Gerais, ainda assim, o período decisivo para a sua formação como oficiais do Exército foi, sem dúvida, a Escola Militar do Realengo. Ali se estabeleceu a sua distinção em face aos civis. Orgulhosos de suas fardas e de seus saberes técnicos que se somavam à introdução de saberes militares específicos pelas *missão indígena* e pela Missão Francesa, não eram mais apenas “bacharéis de farda” mas militares profissionais. Apesar da internalização desses saberes e dos valores a eles inerentes (hierarquia, disciplina, progressão pelo mérito, etc.), e dos esforços da cúpula militar, a Escola Militar era um

3 CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e Política, 1930-1945*. in A REVOLUÇÃO DE 30. Seminário Internacional CPDOC/FAV. Brasília: Editora da UnB, 1983. p. 121s e 146.

4 Os generais de 1964 eram: Odílio Denis, Canrobert Pereira da Costa, Eduardo Gomes, Juarez Távora, Cordeiro de Farias, Peri Bevilacqua, Ademar de Queiroz, Amauri Krueel, Alcides Etchegoyen, João Punaro Bley, Olympio Mourão Filho, Castelo Branco, Costa e Silva, Orlando Geisel, Antônio Carlos Murici, Idílio Sardenberg, Juraci Magalhães, Jurandir Mamede, Siseno Sarmento, Lira Tavares, Emílio Médici, Ernesto Geisel, Afonso Albuquerque Lima e Golberi do Couto e Silva. Os generais componentes do grupo de controle eram: Henrique Teixeira Lott, Zenóbio da Costa, Newton Estilac Leal, Osvino Ferreira Alves, Segadas Viana, Jair Dantas Ribeiro, Ladário Teles e Henrique Oest.

espaço fortemente politizado, no qual se disseminava uma visão crítica ao liberalismo oligárquico, ao sistema político e às elites brasileiras identificadas com a Primeira República. Difundia-se também, entre os alunos, uma atitude de contestação à ordem vigente, expressa na adesão de grande parte deles aos levantes de 1922, 24 e 30, ao qual se somava a reativação da mística da Praia Vermelha, cultivada pelas associações formais e informais dos alunos. Tem-se então que, desde cedo, as conspirações e adesões aos levantes armados já compunham o repertório de ação política extra-militar da geração a que pertenciam os generais de 1964. O seu repertório discursivo também foi precocemente marcado por uma visão restritiva ao liberalismo e à mobilização popular.

As diferentes clivagens entre os oficiais formados nessa época e os diferentes perfis de atuação política dos agentes estudados revelam, contudo, que não se pode depositar todo o crédito do intervencionismo militar à Escola Militar do Realengo. É preciso levar em conta os demais espaços de formação profissional e as experiências que de fato caracterizavam os generais de 1964.

Na Escola de Estado Maior, foi reforçado o sentimento de pertencimento a uma elite entre os agentes estudados, afinal apenas uma fração dos oficiais conseguia nela ingressar. Desde a sua admissão, os agentes eram incentivados a se preocuparem com os “grandes problemas brasileiros” que cada vez mais interessavam os militares nos anos 1930 e 40. Aos saberes militares específicos, somavam-se temas ligados ao planejamento, energia, transportes e industrialização como elementos articulados de uma noção ampliada de segurança que então se disseminava. Paralelamente, ampliava-se a presença de militares em setores estratégicos da crescente burocracia estatal e, com ela, a crença na eficácia do “método objetivo” ensinado na EEM como ferramenta para a mobilização e para o planejamento. Cada vez mais os agentes aqui estudados empregavam esses saberes não só no exercício e na progressão de suas carreiras militares mas como parte integrante de suas representações sobre a sociedade e a política brasileiras e como um elemento justificador da sua ação extra-militar.

Outro espaço de formação importante para os generais de 1964 foi a Escola Superior de

Guerra, uma vez que a criação desta instituição esteve a cargo de alguns deles e que ali propunha-se a formar uma elite que, de posse de um saber “objetivo” e de um “método racional”, administraria o Estado no sentido de “equacionar” os problemas brasileiros em favor de um desenvolvimento com segurança, a dizer, sem a emergência de conflitos sociais e políticos. Para além de suas intenções regimentais, a ESG foi, no período aqui abordado, um importante foco de conspirações. O espaço institucionalizado da ESG permitiu a sistematização em forma de doutrina e em instância de consagração (afinal a Escola diplomava seus estagiários) de todo um esquema de percepção e de classificação do mundo que, até então de forma difusa, circulava junto ao polo “intervencionista-controlador” do oficialato brasileiro em geral e, especificamente, entre os agentes que compunham o grupo de generais de 1964.

Mais do que isso, a interação social dos agentes neste espaço e a experiência de engajamento e luta política por que passaram contribuíram de forma significativa para a coesão do grupo, que foi capaz de elaborar essas experiências através da produção de discursos capazes de racionalizar e legitimar a sua posição nas Forças Armadas como defensores de uma “despolitização” do Exército, podendo ser traduzida como neutralização do polo nacionalista da corporação e que se combinava com a defesa da intervenção política, resguardando a “unidade” das Forças Armadas, para preservar o que chamavam de democracia das ameaças representadas pelo “despreparo” e falta de “espírito público” das elites políticas civis e pela “infiltração” comunista.

II. Essa dimensão conduz à segunda questão específica formulada neste trabalho, a qual se interroga sobre quais experiências compartilhadas pelos agentes definiram a especificidade do grupo de generais de 1964 e a orientação de sua ação política.

Ter cursado a Escola Militar no período aqui abordado e ter participado ou acompanhado o ciclo de agitações militares das décadas de 1920 e 30 constituiu uma experiência marcante para os agentes estudados que, agregando a ela leituras do chamado pensamento autoritário da Primeira República sedimentou ali uma visão com sérias restrições às instituições políticas liberais e eivada

de uma crença de que lhes cabia dar conta dos “problemas brasileiros”. Ao tempo em que cursaram a Escola de Estado-Maior do Exército, que para muitos coincidiu com o Estado Novo, experienciaram a crescente influência militar na agenda política nacional e, com ela, a progressiva ocupação de postos burocráticos – e políticos – feita por oficiais leais ao regime.

Se essas experiências foram comuns a praticamente toda a geração de militares dessa época, o exercício de funções governamentais começa a marcar a distinção dos generais de 1964 em relação às demais clivagens do Exército. Desde 1930 que muitos deles começavam a acumular uma importante experiência com administração, negociação e exercício do poder na esfera política. Seu repertório de ação se tornava mais variado e suas interfaces com o mundo civil mais complexas.

Na EEM, a difusão de uma noção ampliada de defesa nacional, que abarcava os diferentes setores de atividade do Estado e da sociedade, expressa na doutrina Góes Monteiro, e a incorporação de saberes “técnicos” e de um “método cartesiano” permitiram o reforço da crença no “preparo” dos oficiais do Exército para a ocupação de funções administrativas na arena política. Os imperativos da segurança, exacerbados pela insurreição de 1935 e pela conflagração mundial de 1939, reforçavam a disposição daqueles agentes cujas carreiras políticas eram mais precoces a encarar como natural e necessária sua atuação como políticos fardados. Engajamento político e profissionalismo não eram percebidos, nesse sentido, como contraditórios.

O processo de internacionalização experienciado pela geração a que pertenciam os agentes estudados foi significativamente mais acentuado nos generais de 1964. A sua experiência internacional envolveu tanto o acesso a instituições estrangeiras de ensino militar, principalmente nos Estados Unidos, quanto a participação em organismos multi ou bilaterais ligados a mecanismos de cooperação e defesa coletiva. A isso soma-se a experiência real de combate na Itália junto com os EUA, de modo que, para esses agentes, internacionalização e americanização eram quase sinônimos. A primeira década da Guerra Fria só acentuou esse processo e neles reforçou não só a crença na iminente ameaça comunista, e do confronto inevitável entre os blocos, mas também no

papel ampliado que deveriam desempenhar na ordem política interna como guardiões da nação.

Justamente neste período, uma parte dos generais de 1964 estava envolvida com a formulação coletiva da DSN. De modo geral, o grupo todo – que era fortemente identificado com a UDN – tendeu a perceber as derrotas eleitorais das forças políticas alinhadas a este partido em 1946, 50 e 55 como decorrência da imaturidade do eleitorado brasileiro, das manipulações e corrupção dos políticos profissionais e, em especial, da infiltração comunista. A difusão de um discurso sobre a decadência moral ou da fraqueza das instituições políticas brasileiras, as quais seriam como brechas para o comunismo, somou-se ao contexto de radicalização política dos anos 1960 como um importante elemento mobilizador para o intervencionismo de militares cada vez mais influenciados pelas doutrinas da guerra revolucionária e da contra-insurreição.

III. Estabelecidos o tipo de formação e as experiências constituidoras do grupo de generais de 1964, pôde-se dar conta da terceira questão deste trabalho, que trata diretamente dos seus diferentes perfis de ação política. Quando operavam como agentes políticos, os generais de 1964 assumiram posições marcadamente anti-oligárquicas, anticomunistas e defensoras de um processo de modernização nacional autoritário.

O caráter híbrido das trajetórias dos generais de 1964, envolvendo uma carreira militar e outra política, pode ser constatado ao se observar o quadro 1, que permite a visualização da quantidade nada desprezível de cargos públicos nos diferentes segmentos do Estado que a partir de 1930 eles passaram a ocupar. Este quadro é um indicador da importância da carreira política que estes agentes desenvolveram em paralelo às suas carreiras militares. Nele ficaram de fora a participação em conspirações ou a adesão a movimentos golpistas e insurrecionais, além do comissionamento de funções diplomáticas. Ainda assim, o quadro revela quatro presidentes da República e dois candidatos a esse cargo⁵, seis cargos de governadores nomeados (interventores

5 Eduardo Gomes foi duas vezes candidato, uma contra Dutra e outra contra Getúlio Vargas, sempre pela UDN. Além disso, Canrobert, apesar de já doente, esboçou uma pré-candidatura em 1955, tampouco se deve esquecer as articulações de Albuquerque Lima para suceder Costa e Silva em 1969.

após 1930 ou durante o Estado Novo) e mais quatro mandatos de governadores eleitos. Dos 24 indivíduos em tela, treze foram ministros, totalizando dezesseis gestões, sendo cinco pastas de caráter civil. A opção pelo legislativo também se fez presente, embora em grau bem menor, quatro elegeram-se para a Câmara Federal e um deles também foi senador. Sete ocuparam cargos dirigentes em empresas estatais como a Vale do Rio Doce ou a Petrobrás. Ao longo de suas carreiras políticas, seis membros desse grupo ocuparam cargos de comando ligados às polícias estaduais. Além disso, vários deles foram ajudantes de ordens ou chefes de gabinete de ministros da Guerra ou do Exército em diferentes ocasiões.

O quadro 1 indica que mais do que golpistas e conspiradores, os generais de 1964 formavam um grupo de agentes políticos dispostos não apenas a derrubar governos ou a operar conforme um suposto “padrão moderador”, mas a exercer funções de Estado.

Quadro 1 Ocupação de cargos na esfera política

	Cargos políticos
Odílio Denis	1934/5-Oficial de Gabinete Góes Monteiro 1940/6-Polícia do Rio 1958/61-Ministro da Guerra
Canrobert da Costa	1944-Sec. Geral do Min. da Guerra 1946-Sec. Geral do Min. da Guerra 1946/51-Ministro da Guerra
Eduardo Gomes	1938-Serviço de rotas aéreas 1946-dir. rotas aéreas do Min. da Aer. 1967/7-Ministro da Aeronáutica
Juarez Távora	1931-delegado mili interventorias NE 1931-membro da Comissão de Correição Administrativa 1932/4-Ministro da Agricultura 1944-Presidente do departamento militar da Liga de Defesa Nacional 1954/5-Chefe do Gabinete Mili 1962-Deputado Federal, Guanabara 1962-Pres. diretório nacional do PDC 1964/7-Ministro Viação e Obras Públicas
Cordeiro de Farias	1930/1-Oficial de gabinete do Min. da Guerra 1931/3-Chefe de polícia de SP 1938/43-Interventor RS 1955/8-Governador de PE 1958-Presidente CMMBEU 1964/6-MECOR
Peri Bevilacqua	1930-Oficial de gabinete da junta militar 1938/40-Oficial de gabinete Dutra 1965/69-STM
Ademar de Queirós	1934-Comissão de estudos para indústria militar 1964/66-Presidente da Petrobrás 1966/7-Ministro da Guerra
João Punaro Bley	1930-Interventor ES 1934-Governador ES 1937-Interventor ES 1943/47-Diretor Vale do Rio Doce 1965-1º Diretório da ARENA
Alcides Etchegoyen	1933-Oficial de gabinete de Dutra 1942/3-Chefe de polícia do Rio
Amauri Kruehl	1933-Diretor de trânsito do DF 1936/7-Chefe de polícia município do Rio 1957/9-Chefe DFSP 1961-Chefe gabinete militar 1961-Secretário do CSN 1962-Ministro da Guerra 1967/71-Deputado federal (GN)
Mourão Filho	1931-Comissário de Ligação Min. Guerra e Viação na Central do Brasil 1957/61-Pres. Comissão Técnica de Rádio do Min. da Viação e Obras Públicas 1964/69- STM
Castelo Branco	1964/7-Presidente da República
Costa e Silva	1964/6-Ministro da Guerra 1967/9-Presidente da República
Orlando Geisel	1957/8-Ministério da Fazenda 1969/74-Ministro do Exército
Lira Tavares	1945-Oficial de Gabinete do Ministro da Guerra, Góes Monteiro 1953-Comissão de Coordenação e Desenvolvimento dos Transportes 1967/69-Ministro do Exército 1970/73-Embaixador na França
Siseno Sarmento	1946/47-Interventor AM 1961-Secretário de Segurança GB 1964/65-Chefe de Gabinete Min. da Guerra 1969-Criação do CODI 1971/79-STM
Antônio C Murici	1947/50-Assessor do Min. da Guerra
Jurandir Mamede	1931-CO da BM PE 1932-Interventor interino PE 1970/76-STM
Juraci Magalhães	1931-Interventor BA 1935/7-Governador BA 1946-Deputado Federal BA, UDN 1951-Presidente da Vale do Rio Doce 1954-1º Presidente da Petrobrás 1955-Senador BA 1958-Governador BA 1964-Embaixador nos EUA 1965-Ministro da Justiça 1966/7-Ministro das Relações Exteriores
Idálio Sardenberg	1933-Deputado constituinte suplente, PR 1958/61-Presidente da Petrobrás
Emílio Médici	1969/74-Presidente da República
Ernesto Geisel	1931-Secretário geral do governo e chefe Departamento de Segurança Pública do RN 1934/5-Secretário da Fazenda e Obras Públicas da PB 1946/7 Secretário Geral do CSN 1955-Sub-chefe gab. militar (Café Filho) 1955/6-Superintendente geral da Refinaria Presidente Bernardes 1958/61-Representante da Guerra no CNP 1961-Oficial de gab. de Odílio Denis 1961-Chefe do gab. mili (Mazzilli) 1964/66-Chefe do gab. mili 1967/69-Supremo Tribunal Militar 1969/73-Presidente Petrobrás 1974/9-Presidente da República
Albuquerque Lima	1931-sub-comandante BM de PE 1932/9-CO 3º Batalhão da BM PE 1959/60- representante mili no Cons. de D do NE e na criação da SUDENE 1961-Diretor do Departamento Nacional de Obras contra as Secas 1964-Interventor na Rede Fe Federal 1967/9-Ministro do Interior
Golberi do Couto e Silva	1937-Secretário geral do CSN 1961-Chefe de gab. secretaria geral do CSN 1964-Chefe do SNI 1967/9-Ministro do TCU 1974/9- Chefe do Gabinete Civil 1979/81- Chefe do Gabinete Civil

Fonte: FUNDAÇÃO GETÚLIO VRGAS. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. 2 ed. 5 v. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

Ao se observar o quadro 2, referente a ocupação de cargos públicos por parte dos generais que compõem o grupo de controle, pode-se constatar de imediato um perfil de engajamento político sensivelmente mais modesto, no qual a ocupação de cargos é menos freqüente e mais tardia em

relação aos generais de 1964. Os dois agentes cujas trajetórias se abrem para a ocupação de cargos públicos mais precocemente são Zenóbio da Costa, que exerce funções de comando policial nas décadas de 1920 e 1930 e Henrique Oest que conquista um mandato parlamentar pelo PCB após o fim do Estado Novo, os demais praticamente só ocuparam a cadeira do Ministério da Guerra em governos da aliança PSD-PTB. Diferente de parte significativa dos generais de 1964, cujas longas e precoces carreiras políticas permitiam o estabelecimento de interfaces com outros segmentos do Estado e da sociedade, bem como uma considerável experiência com administração, negociação e exercício do poder na esfera política, os militares do grupo de controle chegavam ao Ministério da Guerra com uma trajetória quase que integralmente restrita à corporação militar. Apesar dos membros deste grupo terem-se engajado em lutas políticas, especialmente depois de 1945, tais como a campanha do petróleo, o Movimento Militar Constitucionalista e o “golpe preventivo” de novembro de 1955, suas ações pouco se traduziram no desenrolar de uma carreira política. A relativa exceção é Lott, que disputa a eleição para a Presidência da República em 1960, contudo, a sua experiência política limitava-se justamente a ter ocupado a pasta de Ministro da Guerra e, na condição de ministro demissionário, de ter expedido as ordens que depuseram Café Filho e que asseguraram a posse de Kubitschek e Goulart.

Quadro 2 Grupo de Controle
Ocupação de cargos na esfera política

	Cargos políticos
Henrique Teixeira Lott	1954-Minsitro da Guerra, Café Filho 1955/9-Ministro da Guerra
Zenóbio da Costa	1926/28-Chefe de Polícia e comandante da Força Pública do MA 1935/7-Chefe da Polícia Municipal do DF 1954-Ministro da Guerra (Vargas) 1958/61-Embaixador no Paraguai
Estilac Leal	1930/2-Oficial de gabinete do ministro da Guerra 1951/52-Ministro da Guerra
Osvino Ferreira Alves	1964-Presidente da Petrobrás
Segadas Viana	1951/54-Secretário Geral do Ministério da Guerra 1961/2-Ministro da Guerra
Jair Dantas Ribeiro	1928/30-Ajudante de ordens do Ministro da Guerra 1942-Secretário Geral da Juventude Brasileira 1963/4-Ministro da Guerra
Ladário Teles	-
Henrique Oest	1947/8-Deputado Federal (RJ) 1959/61-Secretário de Segurança (AL) 1963-Deputado Federal (AL)

Nesse sentido, as carreiras militares dos agentes do grupo de controle podem ser consideradas mais “profissionais” que as dos generais de 1964 simplesmente porque, na comparação das trajetórias de ambos os grupos, suas carreiras políticas foram comparativamente mais breves e tardias. Esta comparação ajuda a dimensionar melhor a especificidade das trajetórias comuns dos generais de 1964 e a amplitude de suas carreiras políticas, cujas interfaces não se resumiam ao âmbito da política interna.

Outro elemento que se pode depreender da comparação entre as trajetórias é que o engajamento político, em geral, não prejudicava a progressão na carreira militar e, em determinadas circunstâncias, especialmente depois de 1930, até a acelerava.⁶ Os generais de 1964 necessitaram praticamente do mesmo tempo médio que os militares do grupo de controle para atingir o generalato, respectivamente 30,7 e 30,9 anos desde que concluíram o curso da Escola Militar do Realengo e foram declarados aspirantes a oficial. Em se considerando que os generais de

⁶ Depois da vitória de 1930, os militares que haviam se engajado nos levantes de 1922, 1924 e na coluna Prestes, e que até então estavam afastados da corporação ou penalizados, foram reintegrados e puderam equiparar as suas promoções aos que haviam permanecido fiéis ao regime ou simplesmente alheios às movimentações políticas.

1964 ao atuar na esfera política permaneciam longe das fileiras do Exército um período médio bem maior que os do grupo de controle, pode-se constatar que a carreira política estava longe de prejudicar a carreira militar.

Quadro 3 Tempo em anos para alcançar o posto

Patente	Peri Beviláqua	Castelo Branco	Cordeiro de Farias	Juarez Távora	Emílio Médici	Ernesto Geisel
Primeiro tenente	2	2	2	2	2	2
Capitão	5	8	5	3	7	7
Major	14	17	11	12	16	15
Tenente-coronel	20	22	13	17	21	20
Coronel	24	24	17	22	26	26
General-de-brigada	32	31	22	27	34	32
General-de-divisão	38	37	26	33	38	36
General-de-exército	43	41	32	37	42	38

O quadro 1 permite que se visualize, numa perspectiva cronológica, algumas das características da sua ação política extra-militar. O quadro 4, por sua vez, condensa essa atuação que, apesar de coextensiva às suas trajetórias não foi contínua mas intermitente, em três áreas de atuação na esfera política. Com isso pode-se perceber quanto tempo cada um dos agentes estudados atuou em cada uma delas e a proporção que entre as suas carreiras militares e as suas carreiras políticas.

Quadro 4 Perfis de carreira política

	Tempo em anos em cada um dos ramos da esfera Política			Total Militar/ Política
	Cargos na burocracia civil	Cargos governamentais	Atividades conspiratórias	
Odílio Denis	-	2	2	24/4
Canrobert	-	9	1	27/10
E Gomes	-	5	8	19/13
Juarez Távora	-	3	8	24/11
Cordeiro de Farias	-	13	9	23/22
Peri Beviláqua	-	2		29/2
A. de Queirós	2	2		??/4
João P Bley	4	13		??/17
A. Etchegoyen	2		4?	28/6
Amauri Kruel	5	5		32/10
Mourão Filho	8			34/8
Castelo Branco	-	3		38/3
Costa e Silva	-	5	1	32/6
Orlando Geisel	1	7		36/8
Lira Tavares	-	10		34/10
Siseno Sarmento	3	1		>36/4
Antônio Murici	-	3		38/3
Jurandir Mamede	-	10		32/10
Juraci Magalhães	2	23		13/25
I. Sardenberg	4	1		??/5
E. Médici	2	5	-	36/7
Ernesto Geisel	9	10	-	25/19
Albuquerque Lima	12	2		24/14
Golberi	5	10	3	??/18

A partir do cruzamento desses dados todos pode-se agrupar a atuação política dos generais de 1964 em três perfis distintos. Assim, aqueles que precocemente se engajaram nos levantes tenentistas e permaneceram conspirando por toda a década de 1920 até que, com a vitória em 1930, passaram a exercer atividades governamentais, se fizeram presentes na maior parte das conspirações, manifestações e insurreições militares até 1964. Eram os *rebeldes-insurrecionais*. Apesar de terem ocupado cargos na esfera política no início dos anos 1930 e de alguns deles terem sido ministros no governo que se iniciou em 1964, a marca da atuação política desses agentes é a participação em conspirações e insurreições. A Revolução de 1930 marcou também o ingresso na

arena política de uma outra fração dos generais de 1964 que, embora também ocupasse cargos políticos no cenário pós-revolucionário, manifestou uma tendência maior a exercer funções administrativas na crescente burocracia desenvolvimentista. Estes militares que operavam na arena política como *tecnoburocratas* mantiveram este padrão de ação política depois de 1964. O terceiro perfil, *conspirador-institucional*, apresenta carreiras políticas mais breves e tardias. Somente depois de atingir as altas patentes, e fortemente influenciados pelo anticomunismo, é que estes militares começaram a operar como atores políticos, primeiro nos espaços associativos do próprio Exército e depois nas conspirações contra o governo João Goulart.

Por fim, cabe ressaltar que, compreender de que maneira os generais de 1964 operaram como agentes políticos permite preencher uma lacuna nos estudos sobre as relações entre os militares e a política no Brasil. As abordagens cujo foco está centrado na instituição militar como um todo tendem a não problematizar como as diferentes frações que se constituíam no interior das Forças Armadas agiam politicamente, que elementos na sua formação profissional exerciam influência nessa ação, que experiências singularizavam estas frações e quais os sentidos que seus componentes davam a essas experiências. O estudo das trajetórias dos 24 militares que compõem o grupo dos generais de 1964, apenas uma das várias clivagens que se configuraram no interior do Exército durante o período estudado, revelou que em sua grande maioria estes indivíduos operavam como atores políticos desde muito antes de 1964.

Os diferentes perfis de ação indicam que não se tratavam de árbitros ou de moderadores do sistema político nacional, não faziam apenas intervenções pontuais no jogo político mas se mostraram, em diferentes momentos de suas carreiras, plenamente empenhados em ocupar cargos governamentais e na burocracia estatal, em disputar eleições, cumprir mandatos, tramar insurreições e derrubar governos. Suas ações desempenhadas na esfera política não eram contínuas e nem lineares. Elas eram intermitentes, afinal, os generais de 1964 nunca deixaram de ser militares e de cumprir os requisitos institucionais para acender ao generalato.

De modo geral, as carreiras dos membros do grupo eram híbridas, desenrolando-se ora na esfera militar, ora na esfera política. Suas decisões de se engajar ou não em determinadas lutas políticas e a maneira com que, uma vez operando na esfera política, agiam, dependia tanto de fatores conjunturais quanto da posição que ocupavam na hierarquia militar. No decorrer de suas trajetórias e de suas experiências compartilhadas, estruturou-se um repertório de ação coletiva e de representações que conferiam unidade às posições assumidas e aos sentidos produzidos pelos generais de 1964. Deste modo, mesmo trilhando carreiras militares diferenciadas e operando na política conforme perfis distintos, a sua atuação na esfera política se dava de forma convergente.

Cada trajetória é, necessariamente, individual e, portanto, única; o seu estudo em conjunto – e balizado por um grupo de controle – revelou os elementos comuns que dão sentido ao recorte do grupo e os diferentes perfis de atuação que operavam dentro do mesmo. Este estudo, focado num grupo de 24 oficiais do Exército brasileiro, pôde identificar que esses indivíduos operavam conforme estratégias e interesses que freqüentemente não diziam respeito à instituição militar como um todo, sendo, inclusive, objeto de conflitos com outras frações da corporação. Permitiu também ressaltar uma dimensão da presença militar na política brasileira que não se resumia aos seus aspectos mais dramáticos e visíveis, caracterizados por manifestos, golpes e insurreições. O estudo das trajetórias dos generais de 1964 revelou uma relação mais complexa e extensiva de atuação de quadros do Exército Brasileiro nos diferentes espaços da esfera política. Seja no exercício de funções governamentais, seja na tecno-burocacia, os agentes aqui estudados operavam como atores políticos desde muito antes do golpe de 1964.